

## PETROPOLITANAS

Divulgação



Intervenção foi anunciada pelo município na quarta (20)

### Câmara aprova comissão para intervenção na Turp

A Câmara de Petrópolis aprovou o pedido do vereador Thiago Damasceno, presidente da Comissão de Transporte Público e Mobilidade Urbana da Câmara, a criação de uma comissão especial para acompanhar e fiscalizar o processo de intervenção da Prefeitura na empresa Turp. A medida ocorre após a publicação do decreto assinado pelo prefeito Hingo Hammes, que determina a intervenção na empresa de ônibus por até 120 dias, diante de problemas como quebras de frota, atrasos, paralisações e descumprimento de horários. Segundo Thiago Damasceno, o objetivo é garantir transparência e fiscalização durante todo o processo. A intervenção foi anunciada pela Prefeitura com a justificativa de reorganizar o sistema de transporte público.

### Outro pedido

Além da criação da comissão especial, Thiago Damasceno também vai protocolar um requerimento de informação solicitando à Prefeitura detalhes sobre a qualificação técnica do interventor nomeado para comandar a operação da empresa. “É fundamental que a Câmara acompanhe de perto essa intervenção para assegurar o funcionamento do serviço para os usuários e também os direitos dos rodoviários,” comentou o parlamentar.

Arquivo TVC



Operação da PRF seguirá até o próximo domingo

### Reuniao do MPF

O Ministério Público Federal (MPF) se reunirá com a Elovias, empresa responsável pela concessão da BR 040-495, para discutir a execução de melhorias na rodovia. No encontro, a Elovias apresentará o plano de ação para o pavimento da pista de subida da Serra de Petrópolis (RJ), indicando soluções técnicas a serem adotadas, cronograma de execução e equipes de trabalho. A reunião será realizada na sexta-feira (22), às 13h30, na Procuradoria da República no Município (PRM) de Petrópolis.

### Extensão

Com mais de 100 anos de existência, com trechos sinuosos e em aclave, as intervenções na pista de subida da Serra exigem atenção redobrada da concessionária, por demandar a realização de serviços de conservação em uma rodovia que não tem acostamento e que conta com um trânsito intenso de veículos pesados. Com 217,6 quilômetros de extensão, a rodovia corta 10 municípios.

### Presentes

Além do MPF e da Elovias, também participarão da reunião representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da sociedade civil. O encontro contará, ainda, com a presença de pesquisadores do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### Contribuição

A participação da Coppe ocorrerá por meio de especialistas do setor de pavimentação: o professor Thiago Aragão e os engenheiros Marcos Antonio Fritzen e Ricardo Schroder Teixeira. Os pesquisadores foram convidados para contribuir tecnicamente com as discussões sobre as melhores soluções para a pista.

### Obras

Em reunião realizada com o MPF no último mês, a Elovias informou que realizará, entre maio e outubro deste ano, a substituição de 210 placas de concreto na pista de descida da BR 040. Desde o início da concessão, o MPF vem cobrando ações da empresa para os trabalhos iniciais e serviços de conservação das rodovias.

### Sem tempo

Embora a Prefeitura de Petrópolis tenha anunciado a intervenção na Turp, o município ainda precisa correr contra o tempo para garantir que a empresa forneça um serviço de qualidade. Isso porque no primeiro dia de intervenção, alguns coletivos apresentaram falhas mecânicas em diferentes pontos da cidade ao longo do dia.

### 2032

Conforme a própria Prefeitura já anunciou, a reformulação do transporte público está prevista apenas para 2032, contudo, mediante o atual cenário do transporte, o município precisará agilizar os trâmites para que o transporte público seja eficiente. Afinal, caso haja novos atrasos, os rodoviários poderão fazer uma nova paralisação.

### Intervenção

Cabe ressaltar ainda que, a Turp foi uma das empresas que começaram a operar em Petrópolis após a intervenção realizada em 2012 pelo ex-prefeito de Petrópolis, Paulo Mustangri, quando entrevistou na operação das empresas Esperança, Autobus e Petrópolis. Seria um indicativo da necessidade de reformulação do sistema?



Rede de Tratamento de Esgoto da Águas do Imperador

# Justiça mantém reajuste da tarifa de água

## 4ª Vara Cível de Petrópolis havia suspendido prorrogação

Por Gabriel Rattes e Johnnata Joras

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) concedeu efeito suspensivo ao recurso apresentado pela Prefeitura de Petrópolis e restabeleceu, temporariamente, o reajuste de 7,48% na tarifa de água da cidade. A decisão foi assinada pelo desembargador José Roberto Portugal Compasso e publicada nesta quarta-feira (20).

Com a medida, fica suspensa a liminar da 4ª Vara Cível de Petrópolis que havia barrado o aumento tarifário autorizado pelo Decreto Municipal nº 345/2025. Na prática, a cobrança reajustada volta a valer até nova análise do caso pelo Tribunal.

### Recurso

O recurso foi protocolado pela Procuradoria-Geral do Município no último dia 13 de maio. No agravo de instrumento, a Prefeitura argumentou que a decisão de primeira instância interferia diretamente na política tarifária e na gestão do serviço público de saneamento, além de comprometer a estabilidade regulatória e os investimentos previstos no setor.

Entre os argumentos apresentados pelo município está a suspensão da eficácia da Lei Municipal nº 9.035/2025 pelo Órgão Especial do próprio TJRJ, em ação de inconstitucionalidade. Segundo a Prefeitura, essa suspensão enfraqueceria as teses utilizadas para questionar o reajuste tarifário.

### Decisão

Ao analisar o recurso, o desembargador relator destacou justamente esse ponto. Na decisão, José Roberto Portugal Compasso afirmou que a suspensão da lei municipal “enfraquece as teses

deduzidas pelo autor na ação originária”, além de considerar que o caso envolve “matéria de elevada complexidade técnica, regulatória e contratual”, exigindo produção de provas mais aprofundada.

A liminar derrubada pelo TJRJ havia sido concedida pela 4ª Vara Cível de Petrópolis em ação popular movida pelo vereador Leonardo França. A decisão suspendia o reajuste de 7,48% e determinava que os valores pagos a mais desde fevereiro fossem compensados nas próximas contas de água.

Na decisão de primeira instância, o juiz Jorge Luiz Martins Alves apontou possíveis falhas de transparência, ausência de justificativa técnica suficiente para o aumento e questionamentos sobre o cumprimento de obrigações contratuais por parte da concessionária Águas do Imperador.

O caso também envolve o 8º Termo Aditivo do contrato da subconcessionária, que prorrogou a concessão até 2052 e prevê novos investimentos e metas relacionadas ao Marco Legal do Saneamento.

Águas do Imperador informa que, com a revogação da liminar, voltam a vigorar normalmente os benefícios previstos no termo aditivo ao contrato de concessão. Com isso, está mantida a ampliação da tarifa social de 10 mil para 20 mil beneficiários, o aumento de 25% para 50% de desconto para pequenos comércios e o benefício tarifário de 80% de desconto nas contas de água e esgoto para instituições filantrópicas cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). A decisão também garante a continuidade dos investimentos previstos para ampliação e melhorias do saneamento no município.